

Brasil não paga juros sem um empréstimo-ponte

Arquivo/21-12-87

Washington — A necessidade de o Brasil obter um empréstimo-ponte para pagar os juros deste mês — cerca de US\$ 765 milhões — ainda não foi colocada em discussão com os credores privados do País. Mas o Governo crê que esse assunto fatalmente surgirá em breve, já que as reservas do País não permitem o desembolso desse total. E, ao mesmo tempo, devido ao impasse que já está se formando pelo fato de alguns banqueiros — sobretudo os europeus — exigirem esse pagamento para continuar a renegociação da dívida externa brasileira.

O Brasil está disposto a desembolsar até 40% dos juros devidos e pedirá aos banqueiros que completem os outros 60% — empréstimo que seria embutido no acordo de médio prazo (referente aos juros de 1988 e 1989). Quando ele estiver totalmente concluído, num prazo previsto de seis meses, o dinheiro adiantado para o pagamento dos juros de janeiro seria devolvido a quem tiver participado desse socorro.

Pacote

Caso haja resistência dos credores em conceder esse financiamento, o próprio governo dos Estados Unidos e organismos multilaterais, como o Banco Mundial, poderiam fazer parte desse pacote — participando tanto da concessão de parte do dinheiro ou apenas como avalistas desse financiamento de curto prazo.

Esse foi um dos temas tratados ontem numa reunião entre o secretário-adjunto do Departamento do Tesouro, David Mulford, e o presidente do Banco Central do Brasil, Fernando Milliet. Tratou-se, como ambas as partes disseram, de uma conversa preliminar — não conclusiva. Mas foram alinhavadas nela as possibilidades acima descritas.

«O entendimento com o Departamento do Tesouro é necessário para que se chegue a um acordo global» — disse Milliet, numa entrevista na Embaixada do Brasil, após a conversa. «Informamos (ao governo americano) sobre nossos entendimentos com os bancos privados, e houve então uma exploração de possibilidades. Tratamos de começar a explorar meios e modos para agilizar — quando for necessário — as negociações com o Clube de Paris e credores do setor público em geral» — disse o presidente do Banco Central.

Oportunidade

Segundo Milliet, o Brasil vem acelerando a estratégia do emprés-



Milliet: empréstimo-ponte

timo-ponte desde o início das negociações, no ano passado. A ideia foi, inclusive, comunicada por escrito aos banqueiros no dia 5 de novembro pelo então negociador da dívida brasileira, Fernão Bracher. Trata-se, agora, apenas de uma questão de «timing» de oportunidade para lançá-la à mesa dos banqueiros.

«Entendemos que no corpo de um acordo de médio prazo pode existir, e terá que existir necessariamente, um mecanismo de algum empréstimo-ponte» — afirmou Milliet, tendo a seu lado o embaixador do Brasil nos EUA, Marcílio Marques Moreira.

Ele explicou que isso é necessário porque até que a negociação seja definitivamente concluída, quer dizer até se chegar à fase do desembolso dos bancos, terá passado um período de quatro a seis meses. E como o Brasil não tem, segundo Milliet, reservas disponíveis para cobrir os US\$ 765 milhões que vencem agora em janeiro, durante a etapa de negociação, é inevitável obter-se o financiamento de boa parte desse dinheiro. A outra alternativa, que não parece agradar aos banqueiros, seria a de se esperar até a efetivação dos contratos (que estão sendo negociados agora), ou seja, de quatro a seis meses, para que os juros de janeiro fossem pagos.

Reserva

«Eu acredito que seria bem

mais razoável a concessão do empréstimo-ponte» — disse Milliet. «O próprio protocolo do acordo preveria esse financiamento, que nos permitiria retomar os pagamentos da dívida com algum aporte da reserva brasileira. Depois do acerto final, seria feito um acerto de contas: devolveríamos o dinheiro a quem nos adiantou. Esse é o mecanismo que teria de ser adotado» — afirmou o presidente do Banco Central.

Ao comentar a retomada das negociações com os banqueiros privados, no início desta semana, Fernando Milliet comentou que houve um passo importante: o início, ontem, finalmente, da discussão sobre um acordo de médio prazo:

«Até então estávamos discutindo se tínhamos superado as divergências de expectativas, ou não, para termos uma conversa produtiva» — disse ele.

Reclassificação

A possibilidade de o organismo federal americano que controla o sistema financeiro do país vir a reclassificar o Brasil no quadro de credores — rebaixando-o à condição de «mau pagador» nos próximos dias — parece não preocupar o governo brasileiro. Segundo Milliet, o fato de se estar retomando as conversas com os credores evitaria essa medida:

«O Brasil permanecendo um tempo indefinido sem pagar os juros, e sem ter um acordo a respeito, provoca o surgimento da questão da reclassificação. Mas ela não é algo factual, mas sim uma questão de méritos. Isso ocorre não apenas quando não existem pagamentos, mas também dentro do contexto em que se situa essa falta de pagamento. Tanto é que a moratória completou seis meses em agosto passado e a reclassificação não foi adotada, porque havia negociações em curso. Isso se repete agora» — disse Milliet.

E acrescentou:

«Acredito que tenhamos condições de chegar a um acordo num prazo bastante razoável, antes mesmo do que se imagina. Por isso, não há nenhum motivo para se considerar novamente o rebaixamento do Brasil à condição de mau pagador como um fato iminente».

Milliet conversou sobre a evolução das negociações brasileiras também com diretores do Banco Mundial, ontem à noite. Hoje ele estará novamente em Nova Iorque para embarcar de volta ao Brasil.